

Senado Federal

Culpa do voto secreto?

Resce, provocado pelos tristes episódios vividos pelo Senado da República, uma grita contra o voto secreto em votações especiais. Há — é certo — casos que dele prescindem, mas o sigilo é, muitas vezes, o penhor da

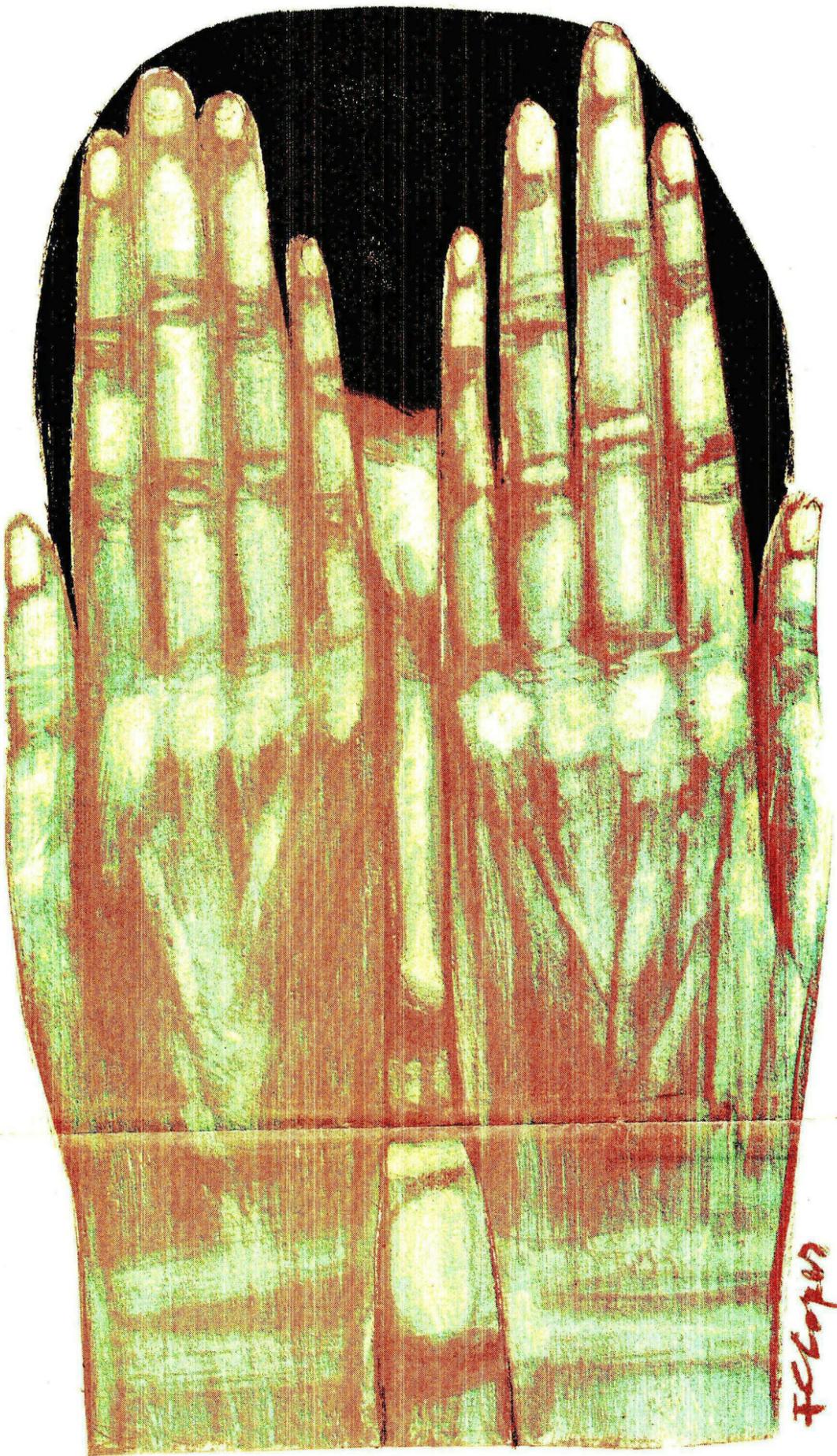
independência do votante. Protege-o de certos tipos de pressão no Parlamento, a afetiva, entre os pares, e a política, do detentor do Executivo, quando vi-



POR
JARBAS
PASSARINHO

vamente interessado na votação. Guardadas as proporções, é como o voto secreto em eleições, uma garantia do eleitor vulnerável aos humores de governantes odientos. Já, entretanto, não vejo por que não votar ostensivamente na apreciação de autoridades submetidas ao referendo do Senado. Se de um indicado a ministro do STF ou dos tribunais superiores souber-se que lhe falta reputação ilibada ou notório saber, a denúncia pode atualmente ser revelada em sessão ostensiva durante a discussão preparatória. Por que, então, o voto ser tomado em seguida em sessão secreta? Se um diplomata indicado para embaixada tem mancha em seu passado que o torne potencialmente nocivo à representação do Brasil no exterior, que se diga isso claramente e se vote abertamente contra. Acabar, porém, com todo tipo de voto secreto pode favorecer odientos detentores de poder, capazes de represálias mesquinhas.

O voto secreto que levou à cassação do senador Luiz Estevão desencadeou todos os males da caixa de Pandora. Talvez nem preserve e liberte a esperança, que resta no fundo da caixa como ensina a mitologia. O desencanto da democracia representativa está intimamente ligado, em parte, à depravação da linguagem parlamentar em que o insulto soez substitui a polidez, um dos apanágios da tribuna, nos embates da inteligência e nos entrecruços das idéias. Com Paulo Brossard travei disputas vigorosas, líderes que éramos de bancadas e partidos opostos, nos anos 70. Hoje somos amigos; como de outros ardorosos adversários como Roberto Saturnino, Itamar Franco, Pedro Simon, Franco Montoro e Marcos Freire. Há pouco escrevi Brossard um artigo recordando a conhecida página de Machado de Assis, sobre o "Velho Senado". Fê-lo comparando-o com o Senado hodierno, para enfatizar, sobretudo, a diferença de linguagem e de trato pessoal entre o Senado de 1860 e o atual. Não o repetirei, mas o que ele polidamente censurava era bem menos grave do que o ocorrido nos últimos dias. Seria injusto e arriscado, todavia, generalizar a censura sem o cuidado de poupar quem não mereça o agravo. Generalização, aliás, comum no julgamento popular e no da mídia. Semana passada, deparei com a habitual página de Millôr Fernandes no encarte *Mais*, da *Folha de S. Paulo*. A charge do admirado humorista, por ele mesmo desenhada, mostrava um servidor do Senado atendendo a um telefonema de quem procurava por alguém. O funcionário respondeu, contrariado: "Aqui não existe nenhum Probo". O trocadilho, nada sutil, é de clareza meridiana. No Senado —



dir-se-á — ninguém é probo, substantivo apelativo ou próprio... Poderá o Senado, por seu corpo de senadores ou funcionários, reclamar da injúria? Haveria quem ousasse responsabilizar o injuriador, diante da avalanche dos escândalos de que a mais alta Casa do Legislativo é palco? Em livro publicado pelo Congresso, li que Artur Bernardes, então deputado federal, conta um episódio que teria vivido Cícero, advogado. Um romano, sentindo-se caluniado, pediu-lhe que patrocinasse a sua causa. Cícero estranhou a brandura com que o ofendido descrevia a ofensa. Recusou defendê-lo. Perguntado o porquê, disse que não lhe convenceria a mansidão de quem se dizia torpemente insultado. O interlocutor, então, tomou-se de exaltada indignação. Cícero retrucou: "Agora, sim, aceito defendê-lo, pois me convenceu de sua inocência". Ora, o nobre senador Roberto Arruda, ao assomar à tribuna do Senado, exalava santa indignação. Patético, usou metáfora forte. Disse "provar sua inocência, com o seu sofrimento, suas vísceras expostas". Teria Cícero aceitado a sua causa? Já o senador Antonio Carlos preferiu postura discreta, longe dos arroubos do seu não menos ilustre colega. Falou pausada e serenamente. Reservava-se falar só no seu depoimento que, aliás, o quer o mais cedo possí-

vel. Por ter sido ameno, deixaria Cícero de defendê-lo? O presidente da Comissão de Ética, o respeitado senador Ramez Tebet, foi claro ao ser entrevistado. Explicou a adequação da pena à falta gravíssima: pode implicar cassação de mandato. A menos que se culpe o voto secreto ...

O Senado, em 1994, deixou-se lastimavelmente dominar pelo coleguismo e deixou de cassar o único senador incriminado na CPI do Orçamento, enquanto dez deputados sofriram a sanção máxima. O combativo senador Bernardo Cabral, que já foi presidente nacional da OAB, de natural afável no trato com as pessoas, advertiu que o Senado não pode conduzir-se, no caso, levado pelo corporativismo. Não cometerei o erro, grave por sinal, de desprezar o princípio da presunção da inocência. Logo, não estou acusando ninguém, mas expressei o meu desalento, a perplexidade que me tomou ao ler a confissão da ex-diretora do Prodasen. Deploro que se tenha envolvido nessa trama sórdida Tive-a sempre em alto conceito, quando senador. Depreende-se de seu convincente depoimento o sofrimento que a amargurava. Tentou timidamente recusar a prática do ato que enxovalha o Senado. Não desconhece ela que desde o julgamento de Nürenberg é inaceitável a desculpa da "obediência devida" ao cumpri-

mento de ordem superior ilegal. O temor reverencial falou mais alto que sua consciência. Melhor fora que se espelhasse na personagem de Calderón de la Barca, sobre o rigoroso conceito de honra espanhol. Diante de situação semelhante, o súdito recusou cumprir a ordem indevida de seu rei, e disse estas belas palavras: "Ao rei tudo, até a minha vida. A minha honra, nunca!" A punição dos senadores indigitados na violação do sigilo do painel de votação do Senado, se comprovada a culpa, pode ainda (o que seria trágico) abrandar-se graças ao espírito de corps, ao corporativismo. Já o destino da senhora Regina Borges parece traçado. Receando ser vítima das iras dos poderosos, preservou a função que tinha. Difícilmente preservará o emprego. A árdega senadora Heloísa Helena é admiradora de Carlos Drummond de Andrade e do padre Vimond. Deste mandou ao seu sofrido colega Eduardo Suplicy uma frase sobre o amor. Leio que irritou o líder máximo do PT, o que é perigoso. Que o diga o governador de Mato Grosso do Sul. Convém reler, do mesmo Vieira, o que ele disse dos olhos. "Deus deu aos olhos dois ofícios: o de ver e o de chorar, mais este que aquele, porque os cegos não vêem, mas choram..."

JARBAS PASSARINHO, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MILTON CAMPOS, FOI MINISTRO DE ESTADO, GOVERNADOR E SENADOR